

ATA DA REUNIÃO DA CÂMARA SETORIAL DE PESCADO

Data: 25 de outubro de 2010.

Local: Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo Auditório do Instituto de Economia Agrícola - IEA Av. Miguel Stefano, 3.900 – Água Funda – São Paulo – SP

Presentes: Ademir Santiago Martins (Colônia Z13); Andrea Roberto Bueno Ribeiro; Antonio Carlos de Almeida Vicente (Biriba Pesca – Ceagesp); David R. Veiga (SIPESP); Diniz Roger Schneider (Itiban Pescado); Edison Kubo (I. Pesca); Edivando Soares de Araújo (Colônia de Pescadores z20); Heiji Tamada (Itiban Pescados); João Donato Scorvo Filho (APTA Regional); Luiz Fernando Beringui (Colônia Z13); Marco Cantuária (SAPEP); Marcos A. S. Cerqueira (APTA – Instituto de Pesca); Maria Aldeide Costa Borges (Camarão de Prata); Mateus Soares de Souza (SPFA-SP/MPA); Roberto Imai (SIPESP); Silvio Roberto Ticianelli (PL-Brasil); Tito Livio Capobianco Junior (AB-Tilapia); Tsuneo Okida (Federação dos Pescadores do Estado de São Paulo); Wagner Chakib Camis (ABRACOA).

Pauta

1. Abertura;
2. Encaminhamentos da última reunião da CS de Pescado;
3. Decretos nº 53.494 e nº 56.031;
4. Grupo de Trabalho – Guerra Fiscal;
5. Curso de capacitação para reflorestamento no período do defeso;
6. Entrada do seguro defeso e o Ministério do Trabalho;
7. Otimização dos programas de povoamento das hidroelétricas;
8. Reunião sobre produção de camarões de água doce em Piedade-SP;
9. Outros assuntos;
10. Encerramento.

O Sr. Manuel Braz, Presidente da Câmara Setorial de Pescado, abriu a reunião agradecendo a presença de todos e solicitou que cada convidado se apresentasse.

Após as apresentações, relatou que foram conduzidos sete encaminhamentos após a última reunião, e apresentou os desdobramentos de cada um deles. Foram enviados dois ofícios ao Secretário de Agricultura solicitando um programa de ação com o objetivo de levantar informações sobre a real situação da fauna aquática do Estado, e também uma reunião para discutir possíveis ações relacionadas ao licenciamento para pequenos produtores do Estado. Em resposta a essas solicitações, ocorreram duas reuniões com o Sr. Secretário Adjunto, Antonio Júlio Junqueira de Queiroz, que resultaram, em relação à primeira solicitação, em se realizar um trabalho na tentativa de estreitar o relacionamento entre a CS de Pescado e a Secretaria do Meio Ambiente e, quanto à segunda solicitação, serão desenvolvidas estratégias para que sejam feitos esses licenciamentos, inclusive com a possibilidade de se aproveitar o programa Pro-várzea e, talvez, aquele produtor que já estiver inserido nesse programa, já possa começar o trabalho de licenciamento.

Dando continuidade a apresentação dos encaminhamentos, foi também enviado um ofício ao Deputado Edson Ferrarini solicitando a participação de um membro da CS de Pescado nas reuniões da frente parlamentar, e outro ao Sr. Fábio Meirelles, Presidente da FAESP, solicitando a participação de um membro da CS de Pescado nas reuniões da Comissão Nacional de Aquicultura da CNA, assim como a participação de um representante da Federação da Agricultura nas reuniões desta Câmara. Ambas as solicitações ainda não foram respondidas.

Quanto à questão da FAESP o Sr. Roberto Imai também havia solicitado um contato com a Federação para discussão da questão do ICMS, foi enviado um ofício à instituição, que respondeu que o processo está no departamento jurídico.

Foi também realizada uma solicitação ao Secretário do Meio Ambiente – SMA para a indicação de um representante desta para participar das reuniões da CS de Pescado e também o agendamento de uma reunião entre membros desta Câmara e representantes da SMA que possam dar um posicionamento a respeito dos resultados e encaminhamentos do workshop, coordenado pelo MPA com representantes de todo o Brasil a respeito da questão de licenciamento. No mesmo dia em que foi feito o encaminhamento houve o retorno pela SMA para verificar datas de agendamento para a

reunião e nas semanas seguintes mais alguns contatos, mas a reunião ainda não foi agendada. O Sr. Manuel ressaltou que continuará trabalhando para marcar a referida reunião.

Foi ainda enviado um ofício ao Ministro Gregolin solicitando maior agilidade pelo MPA no encaminhamento das respostas dos processos dos pescadores aposentados. O Sr. Manuel Braz relatou que o Ministro respondeu alguns dias depois, que não precisava se preocupar, pois essa questão já estava resolvida. O Sr. Tsuneo Okida relatou que foi editada a Portaria No 11, mas a questão do aposentado e de quem tem vínculo empregatício não foi resolvida. O Sr. Manuel reencaminhará então uma nova solicitação ao Ministro.

Finalizando o Sr. Manuel Braz concluiu que todos os encaminhamentos solicitados na última reunião foram realizados, alguns com respostas e outros ainda não, mas que iria continuar trabalhando para a solução das pendências ainda existentes.

O Sr. Nelson Staudt leu um ofício enviado ao Sr. Pedro Ubiratan, Secretário do Meio Ambiente, por meio do Sr. Secretário da Agricultura, João Sampaio, solicitando alterações no Decreto No 53.494. Explicou que foi criada pela Secretaria da Agricultura um Comitê composto por técnicos da Secretaria e diversos representantes das cadeias produtivas, que já ocorreram duas reuniões e está marcada a terceira reunião para propor as modificações de todos os produtos da área de pescado, de frutos do mar entre outros.

O Sr. Okida relatou que ações continuam pelo interior do Estado através de multas, e que o IBAMA não reconheceu peixes ameaçados de extinção como recurso pesqueiro, havendo necessidade de uma autorização. O Sr. Edivando de Araujo relatou ter participado de reunião na Secretaria do Meio Ambiente sobre as espécies ameaçadas de extinção e também sobre as multas abusivas aplicadas pela Polícia Ambiental. Disse que o Governo Federal estabeleceu que barco, motor e redes são instrumentos de produção, logo, não se pode apreender ferramentas de produção, cabendo apenas a multa. Ainda isso não tem sido levado em consideração. Mencionou o elevado índice de inadimplência dos pequenos produtores junto ao Banco do Brasil e relatou as disparidades: _O Governo Federal abre as portas para o Pronaf e o Governo Estadual fecha.

O Sr. Edivando salientou ainda que naquela mesma reunião teria ficado acertado um curso de capacitação para reflorestar as matas ciliares ao lado dos rios, e o produtor que fizesse o reflorestamento receberia um benefício (Seguro Defeso) para ajudá-lo financeiramente durante os quatro meses em que ele ficasse parado, na época da Piracema. O Sr. Edivando salientou que sobre esse assunto, a Dra. Cristina Azevedo, Diretora da Biodiversidade da Secretaria do Meio Ambiente, disse que se o produtor fizesse o reflorestamento, não poderia dar entrada no Seguro Defeso, devido a uma Lei que não permite que isso ocorra.

O Sr. Nelson Staudt disse que com relação ao Ministério do Trabalho é necessário o envio de um ofício ao MPA.

O Sr. Manuel Braz disse que como relatado anteriormente um ofício sobre essa questão foi passado ao Secretário do Meio Ambiente e que está aguardando o agendamento de uma nova reunião.

Continuando a reunião, o Sr. Roberto Imai (SIPESP) apresentação as ações e andamentos dos trabalhos do GT da guerra fiscal [Anexo](#).

Quanto às questões apresentadas pelo Sr. Imai, o Sr. Nelson sugeriu que se abra um processo e encaminhe para a Secretaria da Fazenda. O Sr. Imai concordou, dando como exemplo o GT do leite que teve solução favorável em processo semelhante encaminhado à Secretaria da Fazenda, mas salientou que o processo precisa estar claro e bem embasado e esta é uma dificuldade do setor, que é amplo e diversificado, sendo muito difícil obter dados do pescado, número de vendas, volume de mercadoria, entre outros, além do caso do ICMS no Estado de São Paulo que coloca os produtores em desvantagem ao dos outros estados.

O Sr. Imai citou que receberam um ofício da Comissão de Avaliação Política do Desenvolvimento de São Paulo, comissão formada por três secretarias, Secretaria do Desenvolvimento, Secretaria da Fazenda e Secretaria do Planejamento, pedindo maiores informações sobre os prejuízos sofridos pelo setor paulista por conta dos benefícios fiscais de outros Estados. Ressaltou que é necessário cuidado para que o setor não perca os benefícios existentes, e que ter vários pleitos entrando na Secretaria e na Comissão de forma não equitativa e concentrada, pode fazer a causa perder força. Assim, a questão da Câmara Setorial é justamente na tentativa de concentrar e agir com mais força, incluindo todos os elos da cadeia. Citou como exemplo a questão do Camarão Vannamei, do

Equador, em que hoje consegue-se comprar tal camarão, pequeno perante o do Brasil, pela metade do preço.

O Sr. João Scorvo fala que hoje não se consegue comprar o Camarão Vannamei do Equador porque a ABCC conseguiu manter a proibição.

O Sr. Imai refletiu que a questão é por que o Equador que tem dificuldades de meio ambiente enormes, mais uma série de outros problemas, consegue vender o camarão Vannamei pela metade do nosso preço? Por isso é necessário estudarmos a cadeia como um todo, assim como foi feito no frango, na carne bovina, no suíno, mas o peixe está longe disso.

Como consideração final, o Sr. Imai ressaltou que está em busca de parceiros, aberto a questionamentos e questões e que necessita da colaboração de todos do setor.

O Sr. Manuel questionou então quais seriam os encaminhamentos para esta questão. O Sr. Imai propôs uma nova conversa com os pesquisadores do Instituto de Economia Agrícola (IEA), que ficaram de estudar esta questão.

Sobre o curso de capacitação para reflorestamento no período do defeso, o Sr. Manuel ressaltou que será necessário fazer um encaminhamento uma vez que o Seguro Defeso é ligado à proteção ambiental e que acredita não haver essa relação de que se a pessoa estiver fazendo outra atividade, não terá direito ao seguro.

O Sr. Edivando explicou que existe uma Lei Federal que o pescador após dar entrada no Seguro Defeso não pode estar exercendo nenhuma outra atividade, assim, o que acontece é que muitas vezes o pescador se vê obrigado a atuar escondido para pagar suas contas. Em seguida deu o exemplo de uma empresa que desmata a beira do rio para fazer um condomínio; o que o Governo faz é ir lá autuar a pessoa, dar multa e mandar reflorestar uma área que não tem nada a ver com a beira do rio, sendo que a obrigação do Governo seria multar tal pessoa de maneira correta e mandar reflorestar a área por ela desmatada.

O Sr. Wagner Camis esclareceu que quando o condomínio é autuado por desmatar a beira do rio, existe uma falha na Lei, que para poder reflorestar essa área, é necessário ter uma ação coordenada pelo Estado, pela Federação, porque o ato de reflorestar a área desmatada também gera outra multa por estar interferindo em APP (Área de Preservação Permanente), então não é tão simples assim.

O Sr. Manoel comentou que uma estratégia seria propor para a Sra. Cristina Azevedo que esse pagamento pelo reflorestamento entrasse como auxílio, não caracterizando como salário.

O Sr. Edivando disse que conversou com vários prefeitos e todos aceitaram, apoiaram a idéia.

O Sr. Mateus de Souza, representante do MPA, disse que precisaria fazer uma consulta ao jurídico, pois o pescador recebe o Seguro Defeso através da previdência social, e ele não pode exercer outra atividade, já que a previdência social não paga benefício para quem está exercendo algum tipo de atividade produtiva. Sendo assim, o Seguro Defeso foi uma forma que a previdência social encontrou para beneficiar o pescador enquanto sua atividade não pode ser exercida.

Em relação ao item da pauta referente a entrada do seguro defeso e o Ministério do Trabalho, o Sr. Edivando ressaltou que o objetivo era solicitar que o Ministério desse a entrada no Seguro pois algumas agências em que o pescador pede informação, os técnicos desconhecem totalmente o assunto. As regiões que não tem dado entrada são Votuporanga, Novo Horizonte, Jaú além de outros municípios.

O Sr. Manuel solicitou que o Sr. Edivando envie os locais onde estão ocorrendo os problemas por escrito, para que a Câmara mande as cartas diretamente a eles. O Sr. Scorvo ressaltou que esta carta seja clara e elucidativa, englobando o Decreto, a Lei e explicando a maneira de se fazer, caso contrário, continuarão ignorando.

O Sr. Edivando conversará com a Sra. Terezinha, da Delegacia do Ministério de Botucatu, para que ela passe os endereços desses Ministérios.

Quanto à otimização dos programas de povoamento das hidroelétricas, o Sr. Manuel ressaltou que, em geral, as hidroelétricas têm a obrigação de fazer o repovoamento nas áreas de barragens, e a proposta seria que esse repovoamento seja mais amplo, com o maior número de espécies possível, tentando uma proporcionalidade dentro daquele nicho ecológico.

O Sr. Edivando ressaltou que uma solução seria São Paulo criar a Secretaria Estadual da Pesca, onde o Governo estadual poderia incentivar o aumento da produção pesqueira, investir em todas as áreas da pesca, desde estudos, pesquisas, até mesmo na área ambiental, investindo na piscicultura.

O Sr. Manuel comentou que em reunião com o Secretário Adjunto, foi sugerida a criação de uma gerência que tivesse poder para discutir com determinados órgãos e com a sociedade as questões da pesca e aqüicultura e também foi salientado durante a reunião, a importância da pesca e aqüicultura como estratégia de Estado, já que São Paulo tem um grande potencial.

O Sr. Nelson comentou que uma opção, hoje, seria ter uma coordenadoria ligada à Secretaria, pois o que falta na área da pesca é a parte executiva uma vez que a Câmara levanta os problemas, mas a existência de uma coordenadoria poderia ajudar.

O Sr. Edison Kubo salientou acreditar que o setor precisa conquistar espaço dentro da própria Secretaria, trabalhar de forma mais objetiva, o programa de uma forma geral necessita de ações de pesquisa, desenvolvimento e política.

O Sr. Imai concordou com o comentário feito pelo Sr. Nelson e colocou que realmente falta um interlocutor dentro do Estado de São Paulo, uma coordenadoria da pesca e aqüicultura seria bem vinda.

O Sr. Edivando ressaltou ainda que a pesca no Estado de São Paulo está sem direção, não tendo um órgão que coordene esse setor; e cita como exemplo o Decreto Lei que foi feito com o auxílio da Fundação Zoológico, que nada tem a ver com a pesca.

A Sra. Maria Aldeide comentou que fez um curso de criação de camarão e tem investido na atividade, porém não há nenhum tipo de fomento à atividade, concordando ser necessário um órgão para defender os criadores e fazer o setor crescer.

Dando continuidade à reunião, o Sr. Silvio fez um convite a todos para participarem de uma reunião no dia 28 de outubro, onde será discutido as dificuldades da atividade da carcinicultura.

O Sr. Manuel solicita ao Sr. Silvio que faça um levantamento dos resultados da reunião, para que seja feito um encaminhamento pela Câmara no sentido de ajudar o setor.

O Sr. Scorvo levantou a questão do licenciamento ambiental da aqüicultura, salientando que hoje, no Estado de São Paulo, ninguém mais quer montar piscicultura, pois sabem que o processo vai parar no licenciamento ambiental. Exemplificou que o Governo Federal se antecipou em licitar as áreas dos parques aquícolas, foram dadas autorizações de uso, mas como não há licenciamento ambiental, os processos estão parados.

O Sr. Manuel relatou que já foi discutido com o Secretário de Agricultura de se utilizar o Pró-várzea II como um instrumento para licenciar os criadores de pequeno porte, mas pela CATI, todavia isso não resolve o problema da CETESB, é necessário haver uma comunicação entre os dois órgãos.

O Sr. Heiji comentou que estava ali na reunião para procurar ajuda, pois possui uma empresa que vende o peixe que é produzido pelos pescadores e pela aqüicultura, todavia esta havendo uma inibição do consumo de pescado. Assim acredita que é necessário um trabalho para aumentar o consumo de peixe, até mesmo ensinando o consumidor a como preparar o produto, além disso apóia todas as discussões a respeito da questão de preço, carga tributária e guerra fiscal.

O Sr. Wagner ressaltou que na última reunião da CS de Pescado, o Sr. André Camargo havia comentado que não existia a área de aqüicultura dentro da CNA, todavia esclareceu que sim, existe e é o Sr. João Carlos o representante em nome da CNA. Relatou que este o informou que pode haver quantos representantes forem necessários, desde que seja feito um encaminhamento.

O Sr. Scorvo comentou que sobre esse assunto, no dia 08 de novembro haverá uma reunião em Jales, promovida pelo CNA que é um encontro de lideranças da aqüicultura para diagnósticos da cultura na região Sudeste. Esclareceu ainda que na CNA tem uma senhora de Tocantins e também o Sr. Eduardo Ono que representam a área de aqüicultura, sendo o João Carlos um representante da CNA, mas não discute sobre a parte técnica da aqüicultura.

O Sr. Nelson solicita que o senhor Wagner passe os dados à Sra. Andrea Ribeiro para que seja feita a indicação pela Câmara.

O Sr. Manuel propôs marcar algum evento que represente o setor, reunir um grupo e montar uma feira, um evento em um congresso, que incentive também a participação de restaurantes que divulguem receitas com pescado, fazendo com que o setor fique mais visível, não só pelos órgãos do setor, mas para toda sociedade. E sugeriu que fosse criado um grupo dentro da Câmara para estruturar isso.

O Sr. Kubo diz que o Instituto de Pesca promoveu a reunião panamericana, durante o simpósio de qualidade de pescado e paralelamente uma reunião técnica. Em Abril de 2012 haverá o simpósio novamente, sugerindo que poderia ser feita alguma ação paralela ao simpósio técnico voltada ao setor. E salientou que a "Sea Food", quando ocorreu perdeu um pouco o foco por ter se tornado uma feira de degustação e não de evolução tecnológica para o setor. Sendo importante um cuidado especial na estruturação desse evento para que atinja o objetivo esperado. Concluindo o tema, o Sr. Nelson ressaltou que os pontos levantados são importantes e solicitou que os presentes analisem melhor essa questão para ser discutida na próxima reunião da CS de Pescado.

Não havendo mais assuntos a serem discutidos o Sr. Manuel Braz encerrou a reunião.

Manuel dos S. P. Braz Filho
Presidente da Câmara Setorial de
Pescado

Andrea R. Bueno Ribeiro
Secretária Executiva da Câmara Setorial de
Pescado

Nelson Pedro Staudt
Secretário Geral das Câmaras Setoriais
CODEAGRO/SAA
